



ATA DA 336ª REUNIÃO ORDINÁRIA

No dia quatro de dezembro de dois mil e nove, às nove horas e trinta minutos, no auditório da Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração, realizou-se a 336ª reunião ordinária do Conselho Estadual do Meio Ambiente – CEPRAM, conduzida pelo conselheiro Eduardo Mattedi, secretário executivo, presidente em exercício, representante da Secretaria do Meio Ambiente – SEMA. Estiveram presentes os membros representantes deste Conselho, os conselheiros: Emiliano José Silva Santiago representante da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/BA; Josemário Martins da Silva representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itacaré; Luiz Fernando Galvão de Almeida representante do Sindicato da Indústria de Mineração de Pedra Britada do Estado da Bahia – SINDIBRITA; Iglesias Cabalero representante da entidade ambientalista Instituto de Ação Ambiental da Bahia – IAMBA; Maria Valeria Ferreira representante da Secretaria de Desenvolvimento Urbano – SEDUR; Marcelo Nunes de Abreu representante da Secretaria da Agricultura, Reforma Agrária e Irrigação – SEAGRI; Nívea Carvalho Marighella representante da Secretaria de Infra-Estrutura – SEINFRA; Emídio Souza Barreto Neto representante do grupo Ecológico Humanista PAPAMEL; Isabel Cristina Ligeiro representante da entidade ambientalista Instituto de Defesa, Estudos e Integração Ambiental – IDEIA; José Augusto Saraiva Peixoto representante da entidade ambientalista Grupo de Defesa e Promoção Socioambiental – GERMEN; José Roberto Caldas Pinto representante da Organização Sócio-Ambientalista Pró-Mar; José Roberto Pedreira Franco Celestino representante do Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva – SINAENCO; Fernanda de Cássia Aguiar Santos representante Cooperativa Mista de Produção Agropecuária dos Assentados no Projeto Rio de Ondas – COOPERIO; Osvaldina Rocha dos Santos Cruz representante da entidade ambientalista Instituto Flora Brasil; Hélio Ferreira da Silva representante Cooperativa Regional da Agricultura Familiar Agro-Ecológica do Entorno do Descobrimento Responsabilidade LTDA –CAFAED; Litercilio Pereira Nonato representante da Comunidade Colônia de Pescadores Z-49 de Pilão Arcado; Paulo Sergio Vila Nova representante da entidade ambientalista Instituto de Estudos Sócio Ambientais do Sul da Bahia – IESB; Laelson Dourado Ribeiro representante da Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração – SICM; Reinaldo Moreira Dantas representante da Secretaria de Turismo – SETUR; Rogério Mucugê Miranda representante da entidade ambientalista Grupo Ambientalista da Bahia – GAMBÁ; Sueli Abad representante da Associação Cultural Arte e Ecologia – ASCAE; Sidivaldo Pereira de Oliveira representante da entidade ambientalista Natureza Bela; José Cisino Menezes Lopes representante Cooperativa de Desenvolvimento do Agronegócio do Oeste da Bahia – CODEAGRO; Sergio Bastos representante Sindicato das Indústrias de Produtos Químicos, para fins Industriais, Petroquímicas, e de Resinas Sintéticas de Camaçari, Candeias e Dias D’Ávila – SINPEQ. A pauta constou: apresentação sobre “O mercado energético e as perspectivas para energia de fontes renováveis na Bahia – Sr. Silvano Ragno, superintendente de energia e comunicação – SUPEC/SEINFRA; o potencial do gás natural como matriz energética para o Estado, Sr. Celestino Boente, Assessor Técnico, BAHIAGÁS”. Tribuna Livre: Carta Aberta da Associação dos Especialistas e Fiscais Estaduais Agropecuários do Estado da Bahia, sobre a gestão das UC’s, conselheiro Rogério Mucugê; apreciação da Ata da 335ª reunião ordinária; relato de processos: adiados, diligenciados, novos e GAC; O que ocorrer. O conselheiro Eduardo Mattedi presidente em exercício, cumprimentou a todos e como havia quorum regimental a sessão foi aberta. Passou a palavra ao Sr. Silvano Ragno superintendente de Energia e Comunicação da SEINFRA para sobre o mercado energético e as perspectivas de fontes renováveis na Bahia; deu uma visão geral do que era sistema de geração a nível nacional e da Bahia; balanço energético, bem como sobre o papel as fontes renováveis; destacou que o Brasil era um país privilegiado diante do restante do mundo com um

53 potencial de gerar energia mais limpas de fontes renováveis; informou a existência do
54 programa BAHIA BIO que estava sendo desenvolvido pela SEAGRI com o objetivo de
55 incentivar a produção de bionergia no Estado da Bahia; por fim, registrou que o Balanço
56 Energético da Bahia era considerado o mais atualizado. O conselheiro Mattedi abriu
57 espaço para perguntas; registrou que a Secretaria do Meio Ambiente juntamente com o
58 Instituto do Meio Ambiente – IMA estaria providenciando um instrumento para contratar
59 um estudo ambiental mais amplo, que caracterize a identificação de todas as jazidas de
60 ventos, para garantir mais agilidade ao licenciamento eólico com todos os cuidados
61 ambientais que se deve tomar para qualquer outro tipo de atividade; perguntou quais as
62 possibilidades técnicas das Usinas Termelétricas passarem a utilizar outros combustíveis;
63 perguntou o que poderia ser feito para as variáveis ambientais possam ser incluídas na
64 precificação dos leilões. O Sr. Silvano Ragno informou que as Termelétricas que foram
65 aprovadas pelo Conselho não estão funcionando, isso só se dará numa emergência;
66 quanto a possibilidade de mudanças de combustível, será viável pela facilidade de
67 adaptação; disse que outra questão seria verificar o tempo de maturação de uma
68 Termelétrica, para atender a demanda de energia, o fornecimento deve ser de imediato,
69 e, essa seria uma solução imediata; registrou que a SEINFRA estaria firmando um
70 Convênio entre a ANEL e a COELBA para gerar energia solar no Estádio de Pituaçu. O
71 conselheiro Mattedi fez colocações com relação a posição do Conselho caso viesse a
72 optar por licenciar exclusivamente Termelétrica a gás natural. O Sr. Silvano Ragno
73 respondeu que não teria problema algum, seria uma alternativa considerável, e
74 garantiu que a BAHIAGÁS terá gás de sobra. O conselheiro Sergio Bastos perguntou o
75 que estaria previsto para aprovação no Estado da Bahia nos próximos dois anos, e, quais
76 os projetos que estão em carteira. O Sr. Silvano Ragno disse que a matriz energética
77 refletia a energia como todo; comentou que antigamente o sistema não era interligado e
78 a CHESF elaborar o planejamento Estadual, atualmente, o planejamento era a nível
79 Federal; explicou que estávamos atrelados aos leilões que são realizados pela EPE. O
80 conselheiro Josemário Martins questionou: qual seria a posição do Governo do Estado
81 com relação à Usina Nuclear perante a Constituição Federal que veda esse tipo de
82 atividade. O conselheiro Emídio Souza disse que não foi falado sobre a geração de
83 energia das ondas; questionou que, com relação ao custo das energias renováveis seria
84 interessante se o Estado e o país investissem em tecnologia com estrutura que possa
85 garantir condições de gerar energia de forma a evitar que outros países enviem suas
86 indústrias para desenvolver essas atividades no Brasil. O Sr. Silvano Ragno disse que,
87 em sua opinião o Estado não poderia sobrepor a Constituição Federal; falou que, quanto
88 a energia a ser produzida com as ondas estaria em estudo considerando que o custo
89 seria muito alto; comentou que a vantagem da energia eólica deveria pelas proximidades
90 das linhas de transmissão; com relação a vinda das indústrias seriam possibilidades
91 identificadas pelo Governo do Estado. O conselheiro Luiz Galvão falou sobre o
92 aproveitamento de energia solar; disse que na sua opinião seria importante aproveitar a
93 idéia já desenvolvida pelo Estado em relação as jazidas eólicas e passar a pensar nas
94 jazidas solares; citou que a região da Chapada Diamantina contava com muitas
95 Unidades de Conservação. O Sr. Silvano Ragno registrou que o Governo do Estado. Em
96 seguida passou para a apresentação do Sr. Celestino Boente para falar sobre o potencial
97 do gás natural como matriz energética para o Estado, Assessor Técnico da BAHIAGÁS;
98 fez uma breve histórico sobre a descoberta do uso do gás natural e o seu consumo
99 efetivo; registrou que vários marcos foram constatados como importantes dentro desse
100 processo, dentre eles destacou a duplicação do Pólo Petroquímico de Camaçari com
101 grande impacto nesse consumo, sobretudo, na matriz energética, bem como a
102 construção do gasoduto em Feira de Santana que começou a operar em 2005; a
103 construção do campo de gás em Manathi, Bacia de Camamu, considerado a maior
104 reserva de gás do Nordeste; disse que o Estado da Bahia passou a ser exportador de gás
105 natural; destacou, também, a construção de gasoduto no Sudeste-Nordeste com
106 previsão de operação para o primeiro semestre de 2010; registrou que a BAHIAGÁS
107 tinha a atribuição de distribuir gás natural sendo responsável pelo fornecimento de 30%

108 dos municípios baianos; ressaltou que 98% de gás vendido pela BAHIAGÁS era para o
109 setor industrial; fez demonstrações da evolução da matriz energética do país com
110 conhecimento expressivo de gás natural. O conselheiro Mattedi abriu espaço para
111 perguntas: o conselheiro Sergio Bastos perguntou como estaria a questão de preço desse
112 gás. O Sr. Celestino Boente disse que não tinha uma política de previsibilidade de preço.
113 O conselheiro Iglesias Cabalero fez referências com relação aos estudos possíveis de
114 serem feitos e os frutos se anteciparem aos fatos, bem como a possibilidade de
115 proximidades das fontes e da rede, para eu as termelétricas possam funcionar com o
116 uso do gás natural; disse que considerava o Estado como um grande agente para tornar
117 essas questões de forma mais viáveis; comentou que o Governo deveria adotar uma
118 política que possibilite o custo de forma mais acessível para a população mais carente. O
119 Sr. Celestino Boente disse, com relação a rede de gás natural considerado com um custo
120 alto, porém não competitivo, mas eu dispunha de uma tarifa mais baixa do Brasil em
121 função da posição do volume existente; informou que teve um lucro considerável em
122 2008. O conselheiro Mattedi concluiu que, com essas explanações acreditava que este
123 Conselho teria uma maior compreensão com base nas informações para uma tomada de
124 decisões relativa ao licenciamento de geração de energia; informou que a coordenadora
125 Adriana Diniz e a técnica Clélia Souza estavam representando o Estado da Bahia em
126 Copenhague; ressaltou que o Seminário...realizado na SEINFRA promovido pela SICM,
127 SEMA e SOWITEC, no qual a Sra. Kitty Tavares falou sobre o quadro de incentivos a
128 energia renováveis. Passou para o pedido do Conselheiro Rogério Mucugê para falar
129 sobre a Carta Aberta da Associação dos Especialistas e Fiscais Estaduais Agropecuário do
130 Estado da Bahia, sobre a gestão das Unidades de Conservação; registrou que a Secretaria
131 Executiva notificou a Superintendência de Biodiversidade, Florestas e Unidade de
132 Conservação – SFC para prestar esclarecimentos sobre a questão das gestões dessas
133 UC's. Passou a palavra ao conselheiro Rogério Mucugê que falou sobre a manifestação
134 dos gestores dessas Unidades; fez a leitura da Carta que em síntese expressava,
135 principalmente, a impossibilidade dos gestores em cumprir com seus objetivos; falou da
136 baixa execução orçamentária e o não atendimento da SFC com relação as metas
137 previstas no seu plano operativo anual causando grandes prejuízos a realização das
138 atividades; ressaltou que os únicos e poucos projetos socioambientais foram
139 concretizados devido ao esforço dos gestores junto ao Conselho Gestor e apoio de
140 alguns empreendedores. O conselheiro Mattedi passou a palavra ao Sr. Plínio Castro
141 diretor de Florestas da SFC, substituto, naquele momento, do Superintendente Marcos
142 Ferreira. O Sr. Plínio Castro disse que talvez essa Carta refletisse o sentimento de
143 quase todos, mas tratava-se de uma Carta pública; falou do funcionamento e das
144 atribuições interna de sua Diretoria; falou que estava acompanhando as discussões junto
145 a esses gestores; disse que na sua opinião; faltou inicialmente um debate interno, para
146 que pudesse democratizar mais os pontos colocados e se colocou a disposição para
147 quaisquer outros esclarecimentos. Em seguida, passou a palavra ao Sr. Plínio Neto
148 diretor de Unidade e Conservação – DUC da SFC para tratar dos dados concretos da
149 gestão dessa Diretoria e da perspectiva do que estava sendo implementado. O Sr. Plínio
150 Neto disse que em reunião com especialistas sinalizou a importância de verificar alguns
151 indicadores de desempenho relacionados naquela Carta da Associação, que traduzirão a
152 preocupação de todos; informou que essa Diretoria passou por uma reestruturação;
153 ressaltou que para qualquer investimento dependia de todo um desenvolver o que na
154 maioria das vezes os procedimentos utilizados inviabilizam a possibilidade imediata de
155 atender a curto prazo determinada demanda; registrou a existência de 44 Unidades
156 considerando os três Parques Metropolitanos; fez demonstração da evolução de 12
157 Unidades sem Gestor e fez um paralelo entre o ano de 2007 e 2009, em função da
158 forma que foi apresentada a Carta; pontuou que nunca foram procurados por essa
159 Associação para tratar da reestruturação dessa diretoria; fez demonstrações da
160 melhoria da infraestrutura básica de gestão das UC'S quando comparados aos dados de
161 2007 com os dados atuais; falou da existência de 06 Planos de Manejo em andamento,
162 sendo 05 em licitação; disse que considerava a existência de muitas lacunas que

163 precisaria ser melhorado, mas não se traduzia como foi expressado nessa Carta;
164 destacou. com relação ao cenário de criação de Unidade e Conservação foi estabelecido
165 como meta inicial 2007/2008 criar mais 03 unidades, porém houve uma reivindicação
166 dos movimentos ambientalistas que consideraram que era pouca em relação as
167 demandas do Estado, e foi admitida a possibilidade de se criar 05 Unidades; fez
168 demonstrações do quadro dessa Diretoria desde o fim de 2006 até o presente ano;
169 registrou que foi instituído Núcleos de trabalho para tornar as ações de forma a
170 intensificar as relações específicas ligadas aos gestores; falou do funcionamento de cada
171 Núcleo; por fim, registrou que “entendia eu o modelo de gestão para operar as UC’s
172 através de estrutura centralizada do Estado, não atendia a mobilidade requerida para as
173 diversas atividades necessárias à Gestão das Unidades de Conservação Estaduais e que,
174 só a mudança no modelo de gestão para uma estrutura autárquica é que garantirá
175 melhor eficiência na prestação desses serviços públicos”. O conselheiro Emídio Souza
176 disse que ficou surpreso com a informação da possibilidade de criação de mais 06 UC’s,
177 bem como preocupado com a criação de Áreas de Proteção Ambiental – APA,
178 considerando não ser positivo essa possibilidade, defenderia a condição de que fossem
179 criadas Área de Proteção Integral; questionou qual era a despesa que a DUC teria com
180 o quadro efetivo, sistema REDA, assistência técnica, consultoria, publicidade e apoio ao
181 funcionamento dos gestores. A conselheira Isabel Ligeiro salientou que estava torcendo
182 para que todas as propostas sejam efetivamente consideradas, para que de fato possam
183 ser implementadas; disse que em sua opinião a forma de gestão de Unidade de
184 Conservação de Gabinete era muito prejudicial; registrou que o Plano de Manejo
185 Tinharé-Boipeba era de 1998, e o Plano de Manejo em revisão ainda não foi concluído;
186 disse que tinha equívocos de informações bastante grosseiras; ressaltou que a presença
187 do conselho Gestor e do Gestor era fundamental importância para gestão local. Quanto
188 aos questionamentos do conselheiro Emidio Souza foi esclarecido que será apresentada
189 uma Sistematização comparativa com relação aos custos designados para gestão da
190 DUC. Com relação à categoria de criação das UC’s, o Sr. Plínio Neto afirmou que o
191 Estado não teria intenção de criar mais Áreas de Proteção Ambiental e sim, Proteção
192 Integral; ressaltou que a proposta do Estado era de apoiar as demais Unidades de
193 Conservação que estão sendo criadas através do Meio Ambiente e o programa de
194 incentivo Chico Mendes. O conselheiro Emídio Souza registrou que o município de Boa
195 Nova teria um estudo realizado em face da criação do Parque Boa Nova, e esse processo
196 estaria sem trâmite na Casa Civil em Brasília; ressaltou que essa região dispunha de um
197 dos maiores maciço de Mata Atlântica preservada, contudo, o avanço da devastação se
198 prolifera; solicitou que providências fossem tomadas, em caráter de urgência, para
199 garantir a proteção dessa área. O conselheiro Paulo Vila Nova disse que vários pontos
200 que foram levantados na Carta ficaram em aberto; retratou com relação ao acúmulo de
201 gestão dos servidores; sugeriu que as soluções deverão ser apresentadas a este
202 Conselho; disse que situações desse tipo poderão causar prejuízos a sociedade como um
203 todo. O conselheiro Josemário Martins sugeriu a realização de concursos para gestores
204 ambientais, que possam atuar diretamente nas Unidades de Conservação, bem como
205 meios de prover uma estrutura permanente para a Secretaria do Meio Ambiente. O
206 conselheiro Mattedi salientou que Infelizmente o Estado contava com limitações legais,
207 para realizar concurso; informou que esteve em Brasília, na Sede do BID, juntamente
208 com as Secretarias do Planejamento, Fazenda e Procuradoria Geral do Estado,
209 negociando a vinda de recursos, a partir do primeiro semestre, através do Programa de
210 Desenvolvimento Ambiental – PDA com objetivo de fortalecer o institucional da SEMA,
211 bem como sua aplicação nas 04 APAS, dentre elas as 03 APAS que abastecem a Região
212 Metropolitana de Salvador, APA de Lagoa Encantada e Rio Almada que sofrerá
213 modificações na conjuntura econômica; disse que estaria prevista uma apresentação
214 sobre o assunto em questão neste Conselho. No turno vespertino, passou para
215 apreciação da Ata da 335ª reunião. Foram colocados os envios de alteração na Ata pelos
216 conselheiros Rogério Mucugê e Isabel Ligeiro; o presidente em exercício fez a leitura de
217 parte da Ata, e, na alteração inserida pela conselheira Isabel Ligeiro foi discutida a

218 questão expressa "...*impuha o pedido de diligência e a retirada de pauta dos devidos*
219 *processos...*". O conselheiro Mattedi disse que não se recordava de ter tido um pedido de
220 retirada de pauta dos referidos processos ou de um novo pedido de diligência, por
221 entender que a diligência já havia sido feita, o que poderia caracterizar uma nova
222 diligência, e após entendimentos, foi feito o encaminhamento da votação pela a
223 aprovação da licença ou pela continuação da diligência, e foi aprovada a licença. Houve
224 esclarecimentos de que a diligência não caracterizava como retirada de pauta. A
225 conselheira Isabel colocou sua posição de que entendia que aqueles processos deveriam
226 continuar em diligência para o processo retornar ao IMA para apreciação dos novos
227 documentos apresentados pela empresa MULTINER e que não fosse votado naquele dia,
228 para depois retornar ao Cepram; concordou com a explicação do conselheiro Mattedi que
229 em tese, foi esclarecido que a expressão seria continuação da diligência e não retirada
230 de pauta. Quanto a alteração do conselheiro Rogério Mucugê com relação à expressão
231 de queima de combustível que colocou 60ton/dia por 1200ton/dia; registrou que o
232 conselheiro Irundi Edelweiss fez observações e retificação quanto a informação citada
233 que fora informado pela empresa: onde se lê 60ton/dia, lê-se 60ton/h, perfazendo
234 1200ton/dia. O conselheiro Emídio Souza propôs que fossem enviados os áudios de
235 gravação das reuniões, para que possa cada um ouvir e poder destacar de sua fala
236 aquilo que for relevante para constar em ATA. Por fim, o conselheiro Mattedi sugeriu
237 que a minuta da ATA, com as devidas alterações, fosse encaminhada aos conselheiros
238 para refletirem suas falas do que se passou na reunião e quais foram à decisão deste
239 Conselho. Passou para o relato de processos: solicitou a retirada de pauta do **Processo**
240 **nº 1420090038349** referente à proposta de resolução para licença prévia de Energia;
241 explicou que essa proposta visaria tentar resolver o problema das licenças para os leilões
242 de energia, principalmente pelas questões apontadas de que o órgão de meio ambiente
243 e este Conselho teria que licenciar as empresas para concorrem a Leilões; visava
244 estabelecer procedimentos pré-leilão e a continuação dos procedimentos pós leilão pelas
245 respectivas empresas ganhadoras; justificou que foi elaborada com base na Resolução
246 do Estado do Espírito Santo, mas que nesse íterim recebeu a informação da Secretaria
247 de Meio Ambiente desse Estado, bem como do Conselho Estadual do Meio Ambiente do
248 Espírito Santo - CONSEMA, que a Resolução proposta não foi reconhecida pela entidade
249 de Planejamento Energético – EPE. Passou para os Processos Adiados: **Processo nº**
250 **2006-004109/TEC/AIMU-0241**, IPC DO NORDESTE LTDA, referente ao Auto de
251 Infração de Multa por extração de calcário e produção de cal sem licença ambiental no
252 município de Camaçari, conselheiro Luiz Galvão que apresentou seu voto pela a anulação
253 do auto de infração; discorreu o seu relato com muita precisão fruto de uma visita
254 técnica ao local, com demonstrações de fotografias; todo conteúdo foi discutido e
255 acordado pelo plenário, considerado muito bem elaborado; esclareceu alguns pontos que
256 apresentavam dúvidas pelo plenário, quando da inspeção feita na época pelo IMA. O
257 conselheiro Mattedi colocou em votação e foi aprovado por unanimidade. Em seguida,
258 passou para os processos nºs **1420090004126; 1420090017058; 1420090027746**
259 **e 1420080052955** das Prefeituras de Barra, Barreiras, Remanso e São Desidério,
260 referentes a adequação aos artigos 7º e 8º da Resolução Cepram nº 3925/09,
261 conselheiro relator Josemário Martins que apresentou votos favoráveis a essa
262 adequação. O conselheiro Mattedi colocou em discussão. A conselheira Isabel Ligeiro fez
263 algumas observações e pediu esclarecimentos em relação ao município de Barreiras;
264 disse que não identificou a questão da especificação do licenciamento de fiscalização,
265 bem como a composição do conselho e seu funcionamento, considerados requisitos
266 constantes da Resolução, para que o município tenha mais segurança em sua gestão. O
267 conselheiro Mattedi passou a palavra ao Sr. João Bosco Junior Secretário de Agricultura
268 e Turismo de Barreiras que falou sobre a existência do corpo técnico e o funcionamento
269 do Conselho há oito anos; salientou que possuía como base o marco regulatório, o
270 Conselho, o Fundo de Meio Ambiente, o Órgão licenciador, e, todo aparato legal; se
271 comprometeu em enviar essa documentação; registrou que além do licenciamento
272 enquadrado no nível 3, foi encaminhado ao IMA uma minuta sugerindo a localização da

273 Reserva Legal , para que seja feito também no município. O conselheiro passou a
274 palavra ao consultor do Programa Gestão Ambiental Compartilhada – GAC Eugênio
275 Splinger que fez algumas considerações com relação ao que estava sendo feito no
276 Estado, no sentido de apoiar os municípios; falou da realização de treinamento para
277 adequar as alterações propostas no artigo 7º da Resolução nº 3925; enfatizou a
278 importância do Plano Municipal de Meio Ambiente como instrumento fundamental para
279 gestão municipal; informou que estaria previsto para janeiro e fevereiro de 2010, dará
280 início a capacitação para o licenciamento, dividido em 05 módulos; registrou que o
281 Projeto de Lei, artigo 23, encontrava-se na pauta do Congresso Nacional a ser votado a
282 qualquer instante; ressaltou que, lamentavelmente, esse projeto não contava com o
283 processo de transição entre Estados e Municípios; falou que era importante entender que
284 o processo do GAC servia como aprendizado para o Governo, Cepram, bem como os
285 municípios. O conselheiro Mattedi sugeriu que as discussões quanto a essas questões
286 pudessem ser discutidas na Câmara Técnica de Gestão Ambiental Compartilhada – GAC.
287 O conselheiro José Cisino registrou que participava há oito anos do Conselho Municipal
288 de Barreiras; falou que a importância do licenciamento municipal se devia
289 principalmente ao financiamento para o sistema agrícola que dependia do licenciamento
290 ambiental, e a falta de celeridade nesses processo prejudicava o pequeno produtor. O
291 conselheiro José Saraiva fez colocações quanto a adequação tipo nível 3, concedido aos
292 municípios, e declarou vai se abster quanto a votação. O conselheiro Mattedi esclareceu
293 que os níveis 1, 2 e 3 foram estabelecidos na Resolução nº 3925, para que os municípios
294 fizessem a sua solicitação de enquadramento dentro de sua realidade; disse que não
295 existia solução de progressão; ressaltou que o CEPRAM teria o papel de reconhecer esse
296 fortalecimento. O conselheiro Emídio Souza fez observações quanto ao treinamento que
297 estaria sendo possibilitado pelo GAC aos municípios; disse que atingia a um quadro
298 muito restrito de pessoal do poder público, com prejuízos ao município; propôs que os
299 municípios que irão participar desse processo tenham a participação de no mínimo 50%
300 do quadro efetivo, bem como a participação da sociedade organizada. O conselheiro
301 Josemário Martins se reportou ao seu voto onde colocou a condição de apresentação de
302 um Relatório quadrimestral pelos municípios, bem como sugeriu que o CEPRAM
303 mantenha um diálogo com os Conselhos Municipais. As discussões transcorreram em
304 torno da Câmara Técnica, para que a mesma possa analisar, previamente, os autos dos
305 processos desses municípios que aderiram ao sistema de gestão, para facilitar a
306 apreciação final pelo Conselho. A conselheira Sueli Abad comentou que teve dificuldades
307 em analisar os processos de sua relatoria, por compreender que faltou mais empenho e
308 oportunidade, para que a Câmara Técnica pudesse atuar na análise desses processos.
309 O conselheiro Emídio Souza sugeriu e reforçou que os processos com o pedido de
310 adequação sejam analisados e deliberados pela CT com um parecer conclusivo e em
311 condição de ser apreciado pelo Conselho. O conselheiro Mattedi ratificou que os
312 processos que estão sendo encaminhados pelos municípios para reconhecimento deste
313 Conselho serão analisados, primeiramente, pela Câmara Técnica e essa, encaminhará
314 uma lista daqueles municípios considerados aptos a fazer sua gestão de licenciamento,
315 dando oportunidade a qualquer conselheiro fazer destaque de seu interesse. O
316 conselheiro Mattedi registrou a necessidade de se buscar junto ao presidente do CEPRAM
317 a designação de um preposto para dar apoio a essa Câmara. Em seguida, colocaram em
318 votação os votos do conselheiro Josemario Martins. A conselheira Isabel Ligeiro registrou
319 que era favorável aos enquadramentos dos municípios de São Desidério e Barreiras, e
320 votou contrário aos Processos das Prefeituras de Barra e Remanso. Contudo, os
321 processos foram aprovados. Passou para o **Processo diligenciado 2005-**
322 **006703/TEC/LO-0124** – COELBA, referente a Licença de Operação de vários
323 municípios para instalação de linhas de distribuição de energia elétrica e das
324 subestações, conselheiro relator Ailton Queiroz que encaminhou voto favorável a
325 Licença. O conselheiro Mattedi colocou em discussão e foi aprovado por unanimidade. Os
326 Processos considerados como novos foram aprovados sob *rito sumário*: **Processo nº**
327 **2005-000689/TEC/AIAD-0100** – EDUARDO ALEXANDRE SEIXAS LINS, referente ao

328 Auto de Infração de Advertência por operar marcenaria e carpintaria sem Licença
329 Ambiental, conselheiro relator Paulo Vila Nova que apresentou voto indeferindo o
330 recurso; **Processo nº 2009-02581/TEC/LL-0051** – INDÚSTRIA DE BEBIDAS SÃO
331 MIGUEL referente a Licença de Localização para fabricação de refrigerantes, água
332 mineral, suco de frutas e outras bebidas não alcoólicas, conselheiro relator Rogério
333 Mucugê apresentou voto favorável; **Processo nº 2007-000779/TEC/LL-0011** –
334 MINERAÇÃO CARAÍBA S/A, referente a Licença de Localização para exploração de 5,6 Mt
335 de minério de Cobre, a céu aberto, e transporte de minério proveniente da mina
336 Surubin, área referente ao Decreto de Lavra DNPM Nº 619/1964, para beneficiamento
337 nas instalações industriais da empresa, conselheiro relator Laelson Dourado apresentou
338 voto favorável. O **Processo nº 2007-004929/TEC/AIMU-0217** – FRIGORÍFICO
339 REGIONAL DE ALAGOINHAS, referente ao Auto de Infração de Multa por instalar e
340 operar empreendimento de abate bovino sem Licença Ambiental, conselheiro relator
341 Aurinézio Calheira foi adiado por ausência do conselheiro. Passou para os Processos
342 diligenciados: **Processo nº 1420090030593** – INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE – IMA
343 referente à proposta de alteração do Anexo I da Resolução Cepam nº 3925 do
344 Programa de Gestão Ambiental Compartilhada – GAC, para inclusão do licenciamento
345 ambiental de novos empreendimentos destinados à construção de habitações de
346 interesse social, devido a necessidade de o Estado fazer adaptação da realidade da
347 Resolução do CONAMA, conselheira relatora Isabel Ligeiro que retratou que em sua
348 diligência se reportou ao IMA e foi muito bem atendida; fez alterações de
349 aprimoramento dessa minuta, não de conteúdo e sim de forma, na minuta enviada
350 anteriormente aos conselheiros, e suas considerações foram baseados nos termos
351 legais; após leitura de seu parecer foi colocado em discussão; houve algumas
352 intervenções, inclusive com a fala do professor Juarez da UFBA que falou sobre as
353 questões de localizações dos mangues. O conselheiro Mattedi esclareceu que aquela
354 discussão se referia ao artigo 8º da Resolução CONAMA nº 412/09, repetido no artigo
355 que estabeleceu que não serão aplicados procedimentos de licenciamento ambiental
356 simplificado quando o empreendimento implicar em intervenção de Área de Proteção
357 Permanente – APP, exceto os casos previstos na Resolução 369 do CONAMA. Verificou-se
358 a necessidade de inserir Licença de Operação no artigo 2º, inciso II. No artigo 8º foi
359 incluído um parágrafo 4º fazendo referência ao artigo 328 do Decreto Estadual
360 11.235/08. As alterações do Anexo I, com referência a área foi ampliada da proposta de
361 25 hectares, porte pequeno para 30 hectares, e médio porte ficando maior igual a 30
362 hectares e menor que 70 hectares, já o grande porte ampliou-se para maior e igual 70
363 hectares, menor que 100 hectares, e excepcional maior igual 100 hectares. Em seguida
364 o conselheiro Mateedi colocou em votação a proposta de alteração do Anexo I da
365 Resolução nº 3925, conforme discutida e documentada e aos que são contrários a
366 aprovação, e foi aprovada por unanimidade. Passou para os processos diligenciados
367 relativos aos municípios que aderiram a gestão ambiental. Processos das Prefeituras de
368 Nova Viçosa, Prado, Teixeira de Freitas e Porto Seguro, conselheira relatora Suely Abad
369 pediu para permanecer em diligência por falta de documentação complementar;
370 destacou que a Prefeitura de Porto Seguro entregou dois dias antes desta reunião, e não
371 houve tempo hábil para sua análise. Processos das prefeituras de São Sebastião do
372 Passé e Candeias, conselheiro relator José Saraiva que apresentou voto favorável pelo
373 reconhecimento da Prefeitura de São Sebastião do Passé e pediu que permanecesse em
374 diligência o Processo da Prefeitura de Candeias. O conselheiro Mattedi colocou em
375 discussão e votação e todos concordaram com o voto do conselheiro relator. Processos
376 das Prefeituras de Barrocas e Macaúbas, conselheiro relator Aurinézio Calheira
377 representado pelo conselheiro Roberto Celestino apresentou voto favorável ao
378 reconhecimento no nível 2, da Prefeitura de Macaúbas e pediu permanecer em diligência
379 o Processo da Prefeitura de Barrocas. O conselheiro Mattedi colocou em discussão e
380 votação e todos concordaram com o voto do conselheiro. Processos das Prefeituras de
381 Caculé, Guanambi, Jequié e Vitória da Conquista, conselheiro relator Laelson Dourado
382 apresentou voto favorável ao reconhecimento no nível 2 e nível 3 em específico para

383 Prefeitura de Vitória da Conquista. O conselheiro Mattedi colocou em discussão e
384 votação. A conselheira Isabel Ligeiro perguntou se foi constatado que o Conselho da
385 Prefeitura de Caculé estaria funcionando. O conselheiro Laelson esclareceu que os
386 documentos constaram no processo. A conselheira Isabel Ligeiro votou contrário. Os
387 demais conselheiros concordaram. O conselheiro Mattei apresentou respostas do IMA
388 sobre: solicitação do ex-conselheiro Erisvaldo Melo, em 2007, com relação ao pedido de
389 fiscalização no Condomínio Busca Vida – APA Joanes Ipitanga; registrou que, segundo o
390 Relatório de Fiscalização do IMA será articulado uma ação integrada juntamente com o
391 Gestor dessa APA para averiguar as irregularidades constatadas; solicitação da
392 conselheira Isabel Ligeiro através denúncia de embargo na APA Tinhare-Boipeba,
393 localidade de Gamboa, o pedido de imediata suspensão da obra, apurar irregularidades
394 da tramitação do licenciamento e determinar medidas administrativas cabíveis; constou
395 nos autos do processo administrativo averiguação da situação e lavrado um auto de
396 advertência para o interessado procedesse com o pedido de licenciamento; o conselheiro
397 Mattedi encaminhou o processo para conhecimento e devido encaminhamento da
398 conselheira Isabel Ligeiro. Passou para o que ocorrer: o conselheiro Emídio Souza
399 solicitou cópias das gravações em audio das reuniões deste Conselho; propôs que as
400 reuniões Conselho fosse transmitidas, ao vivo, via internet. O conselheiro Roberto
401 Celestino solicitou uma discussão para a nova Lei de Recursos Hídricos na qual a ABES
402 identificou duplicidade de competência; propôs que essa discussão fosse realizada na
403 reunião do mês de janeiro de 2010, com a presença da Dra. Maria Gravina Ogata;
404 externou preocupação em nome da ABES preocupação quanto ao assunto em questão. O
405 conselheiro Mattedi fez algumas colocações e disse que seria importante que ABES
406 mandasse as contribuições relativas a Lei de Recursos Hídricos e após agendaríamos um
407 debate neste Conselho sobre a duplicidade de funções. O conselheiro Josemário Martins
408 registrou que participou da audiência pública no município de Santa Luz e considerou
409 muito importante; sugeriu que o Governo do Estado através da SEMA, possa em
410 parceria com a Caraíba Metais, no município de Curaçá, na área de influência direta,
411 construção de cisternas nas residências consideradas isoladas, bem como uma adutora.
412 O conselheiro Mattedi propôs que o IMA notifique a Mineradora para desenvolver essa
413 ação. O conselheiro Mattedi agradeceu a presença e disponibilidade de todos. Sem mais
414 nada a ser discutido, a sessão foi encerrada às 18h30. Eu, Eliuda Soares Costa dos
415 Santos lavro esta Ata que vai assinada por mim e os demais integrantes deste Conselho.
416 Salvador, 04 de dezembro de 2009.

417 **Presentes:**

418 **Membros do CEPRAM:**

419 Eduardo Mattedi Furquim Werneck, secretário executivo – SEMA
420 Emídio Souza Barreto Neto – PAPAMEL
421 Emiliano José Silva Santiago – ABES/BA
422 Fernanda de Cássia Aguiar Santos – COOPERIO
423 Hélio Ferreira da Silva – CAFAED
424 Iglesias Brasil Cabalero – IAMBA
425 Isabel Cristina Ligeiro – IDEIA
426 José Augusto Saraiva Peixoto – GERMEN
427 José Cisino Menezes Lopes – CODEAGRO
428 José Roberto Caldas Pinto (Zé Pescador) – Pró-Mar
429 José Roberto Pedreira Franco Celestino – SINAENCO
430 Josemário Martins da Silva – STR Itacaré
431 Laelson Dourado Ribeiro – SICM
432 Litercilio Pereira Nonato – CCP Z-49 de Pilão Arcado
433 Luiz Fernando Galvão de Almeida – SINDIBRITA
434 Marcello Nunes de Abreu – SEAGRI

435 Maria Valeria Ferreira – SEDUR
436 Nívea Carvalho Fernandes Marighella – SEINFRA
437 Osvaldina Rocha dos Santos Cruz - Instituto Flora Brasil
438 Paulo Sergio Vila Nova Souza - IESB
439 Reinaldo Moreira Dantas– SETUR
440 Rogério Mucugê Miranda – GAMBÁ
441 Sergio de Almeida Bastos – SINPEQ
442 Sidivaldo Pereira de Oliveira - Natureza Bela
443 Sueli Tereza Abad – ASCAE
444 **Representantes do IMA:**
445 Lília Macedo
446 Maria Auxiliadora Costa
447 **Secretaria Executiva:**
448 Eliuda Sares
449 Jader Silva
450 Vanessa Arduina
451 Kitty Tavares
452 Mariama Bordin